



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Contratação de empresa para aquisição de 04 veículos para a estruturação da rede de serviços do Sistema Único da Assistência - SUAS, coordenado pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

1.2. UNIDADE REQUISITANTE:

A elaboração do presente Termo de Referência foi executada pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, que solicita a realização da despesa.

1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

A presente contratação se faz necessária, considerando a necessidade constante de melhorias no atendimento ao público da Secretaria Municipal Desenvolvimento Social objetivando deslocamento de profissionais para atendimento de nossas demandas urbanas e rurais, com vistas ao fortalecimento técnico e operacional, justifica-se a abertura de processo licitatório para aquisição dos veículos utilitário para atendimento dos serviços públicos. Assim a secretaria na realização do proposto certamente surtirá efeitos positivos, garantindo assim a eficácia no atendimento diário ao público do nosso município

2. PRODUTOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Na tabela abaixo estão demonstradas a especificação do objeto, valor estimado e a forma de cotação dos produtos/serviços objeto deste Termo de Referência.

ITEM	QTDE	UND.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	03	Und	AUTOMOVEL DE PASSEIO - ZERO QUILOMETRO, ANO E MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO PERIODO DA AQUISIÇÃO, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Veículo popular potência mínima de 1.0, 80cv no mínimo, quatro portas, cinco lugares, biocombustível (etanol/ gasolina) FLEX, câmbio mecânico, ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, freios ABS, airbags, transmissão manual com cinco velocidades, tapetes de borracha, equipado com todos os itens de segurança, garantia mínima de 01 ano contra defeitos de fabricação sem limite de quilometragem. Cota Principal	69.616,17	208.848,51
02	01	Und	AUTOMOVEL DE PASSEIO - ZERO QUILOMETRO, ANO E MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO PERIODO DA AQUISIÇÃO, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Veículo popular potência mínima de 1.0, 80cv no mínimo, quatro portas, cinco lugares, biocombustível (etanol/ gasolina) FLEX, câmbio mecânico, ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, freios ABS, airbags, transmissão	69.616,17	69.616,17



			manual com cinco velocidades, tapetes de borracha, equipado com todos os itens de segurança, garantia mínima de 01 ano contra defeitos de fabricação sem limite de quilometragem. Cota Reservada		
VALOR TOTAL 278.464,68(Duzentos e e setenta e oito mil, quatrocentos e sssenta e quatro reais e sessenta e oito centaovs)					278.464,68

2.1.CONDIÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO:

2.1.1 Na tabela acima estão demonstradas a especificação do objeto, a quantidade a ser adquirida, a forma de cotação dos produtos objeto deste Termo de Referência. A pesquisa de preço consta nos autos de modo a subsidiar a adjudicação.

2.1.2 A adjudicação do objeto deverá ser por item, devendo as propostas serem cotadas por itens.

2.1.3 Para **efeito de cotação**, deverá ser apresentado o **valor do ITEM, em reais (R\$)**, conforme tabela descrita.

2.1.4 Para **efeito de julgamento**, será levado em consideração o critério de **MENOR VALOR DO ITEM COTADO** que a licitante possa oferecer para a Administração Pública.

2.2.5 O prazo de vigência da contratação 180 (cento e oitenta) dias é de contados do(a) sua assinatura. A vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos apagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.2.6. Deve-se levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962, para os bens/materiais/produtos ofertados, conforme o caso.

2.2 PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.2.1 Os veículos deverão ser ZERO QUILOMETRO, ANO E MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO PERIODO DA AQUISIÇÃO, fabricados no Brasil e com prazo de garantia de um ano para os defeitos de fábrica. A inadequação técnica dos veículos e/ou serviços entregues implicará em não pagamento.

2.2.2 Os produtos entregues devem atender as especificações técnicas do item 2.0 e às disposições deste termo de referência, bem como as condições da proposta da Contratada;

2.3 DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

Os deveres da contratada serão:

- Entregar no local destinado, adequadamente e dentro do prazo estabelecido, acompanhado de nota fiscal de entrega, para recebimento pelo responsável;
- Possuir empresas “Autorizadas” pela marca num raio de 100km da sede do Município de Timon-Ma, para realização de todos os tipos de serviços referentes aos produtos.
- Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários a entrega dos bens;
- Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- Durante a permanência nas dependências da contratante, o pessoal deverá estar uniformizado, identificado através de crachás, com fotografia recente, e provido de equipamentos e material necessário para execução dos serviços;
- Submeter-se à fiscalização da Instituição, através do setor competente, que acompanhará a execução dos serviços, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução dos serviços objetos deste Termo de Referência serão de



inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;

- Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante, através do seu Setor Competente, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra antes da entrega dos produtos com adoção imediata das medidas cabíveis;
- Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.
- Responsável pela qualidade do objeto da licitação, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado; Os deveres da contratante serão:
 - Será responsável pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.
 - Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.
 - Emitir a “REQUISICÃO” autorizadora da ordem de fornecimento contratados.
 - Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido.
 - Fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93.

3. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVA:

3.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 3.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 3.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 3.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 3.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 3.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 3.1.6. Não manter a proposta;
- 3.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 3.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

3.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

3.2.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **Prefeitura Municipal de Timon/MA**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

3.3. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo Nº 87, da Lei Nº 8.666/93:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de TIMON/MA**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da **Prefeitura Municipal de Timon/MA**, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. Nº 87 da Lei Nº 8.666/93, c/c art. Nº 7º da Lei Nº 10.520/02 e art. Nº 14 do Decreto Nº 3.555/00.

3.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo



devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

3.5. Serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Timon/MA, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

3.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

3.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONLUIADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

4.0 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA GARANTIA

4.1.2. A garantia do Objeto deverá ser do Fabricante, com garantia mínima exigida do fornecedor no período de 12 (doze) meses, garantia de que todos os bens fornecidos são novos, sem uso e livres de defeitos de projetos, de fabricação ou de material, obrigando-se a garanti-los integralmente nas condições estabelecidas nas especificações técnicas respectivas conforme solicitação, e em caso de manutenção deverão ser executadas pela fornecedora/fabricante. Havendo necessidade de locomoção do Objeto, até a empresa autorizada pelo fabricante no período de garantia, por qualquer motivo, as despesas correrão por conta do fornecedor. **A Licitante deverá apresentar junto a proposta a relação de estabelecimentos autorizados no país, com endereço, telefone, CNPJ, para prestar os serviços de assistência técnica e manutenção, contemplados na garantia.**

4.1.3.- A empresa vencedora deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica "in situ" no município de Timon ou na cidade vizinha Teresina, quando do recebimento dos referidos veículos;

4.2 - O serviço de assistência técnica deverá ser prestado mediante manutenção corretiva e suporte técnico, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os veículos(objeto desta licitação) em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para esta Secretaria, enquanto vigorar o período de garantia;

4.3 - Entende-se por manutenção corretiva, para os fins a que se destina este Termo de Referência, aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos Veículos (objeto desta licitação), compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e correções necessárias a recolocar o veículo em seu perfeito estado de uso;

4.4 - Entende-se por suporte técnico aquele efetuado mediante atendimento telefônico para resolução de problemas de operação e utilização dos veículos (objeto desta licitação), bem como para esclarecimentos de dúvidas sobre sua utilização;

4.5 - Os chamados relativos à Assistência Técnica serão solicitados pela entidade beneficiária, através de seu representante designado.

4.6 - Em caso de manutenção corretiva, o início do atendimento será caracterizado na hora em que a solicitação de serviço para assistência técnica foi efetuada, e o término do atendimento contará no



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON SECRETARIA
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES

momento em que o veículo passa a estar disponível para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;

4.7 - Todas as intervenções no veículo e, ainda, o reparo de qualquer defeito ou substituição de partes ou componentes, serão executadas, durante o período de garantia, sem acarretar ônus ao contratante/órgão, salvo se decorrentes de operação ou manuseio inadequado pelos técnicos e/ou usuários devidamente comprovado;

4.8 - Os serviços extraordinários que venham a se tornar necessários, em decorrência de casos fortuitos, uso comprovadamente inadequado e/ou força maior, funcionamento em condições anormais de voltagem, ciclagem, temperatura fora da faixa especificada pelo fabricante do veículo, somente poderão ser executados após prévio orçamento específico, expressamente aceito pelo município.

4.9 - Todas as peças e componentes de reposição, necessárias à manutenção corretiva para perfeito funcionamento do veículo durante a vigência da garantia serão originais e/ou genuínas.

4.10. Aplica-se no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

4.11. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a administração desta Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES fornecerá à (s) Contratada (s) relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

4.12. O (s) licitante (s) deverá (ao) descrever, em sua proposta, os termos da validade adicional oferecida pelo fabricante.

4.13. Deverá ser efetuada a substituição imediata do bem, em caso de defeito de fabricação, composição, defeitos em virtude do transporte e/ou má acomodação.

4.14. Os custos referentes a todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrentes a venda e entrega dos bens (transporte, fretes, impostos, taxas, etc.) serão de responsabilidade da licitante.

4.15. Faz-se necessário que a assistência seja prestada no prazo máximo de 48(quarenta e oito horas), após o comunicado.

4.15.1. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas da solicitação efetuada;

4.15.2. O término do atendimento, considerando a colocação dos bens em perfeito estado de uso, não poderá ultrapassar 05 (cinco) dias úteis do início do atendimento;

4.16. Decorridos os prazos estabelecidos nos subitens acima, sem o atendimento devido, fica a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES autorizado a contratar esses serviços de outra empresa e a cobrar da(s) licitante(s) vencedora(s) os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos bens ofertados.

4 – DOS PAGAMENTOS, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO.

4.1. Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao fornecimento dos bens licitados, ou em outro prazo inferior que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS E PIS/PASEP.

4.2. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

4.3. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
- b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

4.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas



correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

4.5. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o mesmo é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

4.6. A contratante, quando da efetivação do pagamento, poderá exigir da contratada a documentação que comprovem a regularidade em relação à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal e FGTS, sob pena da não efetivação do pagamento.

4.7. Somente poderá ocorrer o reajuste do valor contratado quando:

4.7.1. Nas hipóteses em que sobrevierem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis para a Administração, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, sempre objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

4.7.2. Na hipótese do item anterior, será adotado como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE.

4.8. No caso de atraso de pagamento, desde que comprovadamente a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

5.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, havendo dúvida sobre o documento, o(a) pregoeiro(a) poderá fazer diligência solicitando os documentos complementares ao respectivo atestado apresentado como: da nota fiscal, ou nota de empenho, ou ordem de fornecimento ou contrato.

5.3 Os bens, ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber, e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, assim como atender as Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa e demais normas pertinentes.

5.4 Deverá ainda apresentar o catálogo e manual do veículo ofertado.

5.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício (Código Civil que em seu § 2º do art. 1.179);

5.6 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital, devendo nesse caso ser encaminhada a certidão vencedora posteriormente no prazo abaixo comprovar a sua regularização.

5.7 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

5.8 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade

fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



5.9 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

5.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.11 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5.12 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

5.13 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

6.0 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da futura contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista na classificação: Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS: Projeto Atividade: 2011 – Manutenção do FMS; 2013 – Manutenção dos Serviços de Proteção Básica 9CRAS); 2014 – pfmc (CREAS, CENTRO POP); Elemento de Despesas: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso: 500 – Recursos próprios e 665 – Transferência Convênios e Instrumentos congêneres vinculados à Assistência Social. Despesas em consonância com a LOA, LDO PPA.

8.0 - LOCAL DE ENTREGA DOS BENS E DA FISCALIZAÇÃO.

8.1 – Os itens deste Termo de Referência, serão entregues na sede da secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada à Rua Miguel Simão, nº 825, Centro, Timon/MA, no horário de 7h:30min as 13h:30min, conforme as devidas emissões das autorizações de serviços/fornecimento.

Caso não haja expediente na data marcada para a entrega dos bens, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horários citados anteriormente.

8.2 – O responsável pelo gerenciamento do contrato, fiscal deverá receber, na seguinte forma:

a) Provisoriamente: no ato da entrega, para posterior verificação em conformidade com os produtos acerca das especificações contidas deste Termo Referência, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

b) Definitivamente: no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

8.3 – A fiscalização do fornecimento dos bens objeto desta licitação será feita diretamente pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES, através de servidor formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a licitante está

executando o fornecimento conforme o especificado, observando o contrato e os documentos que o integram.

8.4 – Fica assegurado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES e os seus técnicos o direito de acompanhar e fiscalizar os fornecimentos executados pela licitante, com livre acesso aos locais, para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

8.5 – À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES fica assegurado o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar e participar total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos aqui propostos.

8.6 – A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando produtos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor



técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e a facilitar o acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho desua missão.

8.7 – A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à autoridade competente.

8.8 – Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

8.9 – Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos às multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

8.10 – A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

9. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

9.1 METODOLOGIA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os veículos serão adquiridos através de pregão eletrônico por "Menor preço por itens"

9.2 PRAZO DE ENTREGA DOS VEÍCULOS

9.2.1. Prazo de entrega dos veículos será de até 30 (trinta) dias após a emissão da nota de empenho.

9.2.2 A vigência do contrato será 180 (cento e oitenta) dias, resolvendo-se com o fornecimento dos itens objetos neste TR, conforme solicitação do Setor de compras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES.

Timon-MA, 29 de março de 2022.

Meirielle de Souza Sá Gomes
Diretora Administrativa - SEMDES
Ratifico e aprovo este termo de referência:

MARCIO DE SOUZA SÁ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social
Portaria nº 01339/2021-GP